

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

Assistente Social

LEIA COM ATENÇÃO!

- 01.** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02.** Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 30 (trinta) questões. Se não estiver completo, exija outro do fiscal da sala.
- 03.** Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
- 04.** Ao receber a folha de respostas, confira o nome da prova, o seu nome e número de inscrição. Qualquer irregularidade observada comunique imediatamente ao fiscal.
- 05.** Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a folha de respostas.
- 06.** Para marcar a folha de respostas, utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul e faça as marcas de acordo com o modelo afixado no quadro. A marcação da folha de respostas é definitiva, não admitindo rasuras.
- 07.** Só marque uma resposta para cada questão.
- 08.** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a folha de respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
- 09.** Se a Comissão verificar que a resposta de uma questão é dúbia ou inexistente, a questão será posteriormente anulada e os pontos, a ela correspondentes, serão atribuídos a todos os candidatos.
- 10.** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. A interpretação das questões faz parte da avaliação (prova).



Prova de Língua Portuguesa

Entre o conselho e a ordem

Tenho uma boa notícia para você, leitor. Agora você já pode acreditar no que eu escrevo, porque, desde o último dia 17, não sou mais um charlatão. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em caráter definitivo que o diploma de jornalismo não é necessário para o exercício regular da profissão.

Como sói acontecer, todos os ministros do chamado Pretório Excelso presentes à sessão, menos o Marco Aurélio Mello, concordaram que a exigência do canudo violava os princípios constitucionais da liberdade de imprensa e da livre manifestação do pensamento.

Partilho dessa opinião. Não que até o dia 17 o Brasil vivesse sob o signo de Ahmadinejad, num estado de absoluto arbítrio e misericordiosa censura. Mas é forçoso reconhecer um país no qual se dispensam controles para definir quem pode e quem não pode escrever em jornais está mais perto da plenitude liberal democrática. Nunca é demais recordar que o decreto-lei 972/1969, que estabelecia a exigência do diploma, foi baixado pelo governo militar durante os anos de chumbo.

Não é esse, porém, o aspecto do julgamento que eu gostaria de ressaltar. O que me parece ser o ponto central é a questão da liberdade de ofício. O inciso XIII do artigo 5º da Carta estabelece: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Um velho provérbio alemão assevera que o diabo se esconde nos detalhes. Em que casos convém que o legislador regule uma profissão?

A maioria das pessoas dotadas de justo quinhão de bom senso tende a concordar que o licenciamento só é necessário para ofícios que requeiram um saber técnico bastante preciso, como medicina e engenharia, ou exijam alguma perícia específica, a exemplo de piloto de avião, cuja ausência represente ponderável risco para a população.

Um jornalista até pode divulgar informações falsas que acabam provocando grandes estragos. Mas buscar um conjunto de matérias teóricas que capacitem um estudante a tornar-se um bom repórter ou editor é tarefa fadada ao fracasso. Trocando em miúdos, podemos afirmar que o engenheiro, para fazer com que a ponte fique em pé, precisa ter cursado cálculo I e II e conhecer certas noções de física que podem ser aprendidas nas escolas politécnicas. O médico, para receitar uma droga, precisa saber algo de bioquímica e farmacologia. Mas o que dizer do jornalista? O

que ele precisa além de noções de português (em tese obtidas no processo de alfabetização) e de disposição para estudar um pouco o assunto de que vai falar? Talvez, se houvesse as disciplinas verdade I, II, III e IV, reconhecidas pelo MEC... Nunca é demais insistir, ninguém se torna ético só porque assistiu a aulas de ética na faculdade de filosofia. Afirmar, como se faz por aí, que escolas de jornalismo são garantia de bom comportamento moral no exercício da profissão faz tanto sentido quanto dizer que quem vai à missa não comete pecados. (...)

Como lembrou o sempre sensato ministro Celso de Mello, a regra geral deveria ser a liberdade de ofício. Entretanto, ele contou pelo menos cinco projetos de lei que tramitam no Congresso e tratam da regulamentação das profissões de modelo de passarela, designer de interiores, detetives, babás e escritores. Acrescento, por minha conta, as de demonstrador de mercadorias (PL 5451/09), cerimonialista (PL 5425/09), educador social (PL 5346/09), fotógrafo (PL 5187/09), depilador (PL 4771/09). Já resvalando no reino da fantasia, busca-se também regulamentar a ocupação de astrólogo (PL 6748/02) e terapeuta naturista (PL 2916/92). Pergunto-me como nossos solertes parlamentares puderam se esquecer de regular os ofícios de Papai Noel e das indispensáveis fadas.

Em muitos casos, as propostas são oportunamente esquecidas nos escaninhos do Legislativo (há um lado bom na inoperância do Congresso), mas nem sempre. Categorias mais poderosas como a de médicos e advogados obtiveram o que seria impensável num Estado verdadeiramente republicano. Os discípulos de Esculápio, por exemplo, conseguiram transformar em lei geral o Código de Ética que eles mesmos elaboraram. Já nossos nobres causídicos deram um novo significado à noção de lobby ao inscrever não em lei ordinária, mas na própria Constituição o direito de indicar juízes para praticamente todas as cortes do país e de propor ações diretas de inconstitucionalidade (privilégio reservado a poucos). Pior, cuidaram para que a Lei Maior do país trouxesse um dispositivo que atua como impedimento a que o cidadão represente a si mesmo em juízo – erro lógico que nega o próprio conceito de cidadania.

Gostaria que a extinção da exigência de diploma de jornalista fosse o primeiro passo num movimento mais geral de descorporativização do Estado, mas receio que seja apenas um caso isolado. A mentalidade cartorial-corporativista está bem arraigada na alma do brasileiro. É uma pena. Esse seria um bom momento para mudanças. As divisões clássicas entre as ciências estão ruindo. Faz cada vez menos sentido compartimentalizar o saber – e, conseqüentemente, o ensino – em ramos pré-definidos como física, química, biologia. A pesquisa de ponta se faz hoje através de

casamentos improváveis como aquele entre médicos e matemáticos (medicina baseada em evidências) ou entre economistas e neurocientistas (economia comportamental). A perseverar a inércia patrimonialista, enquanto o mundo estiver produzindo nova e boa ciência, nós por aqui estaremos paralisados: não teremos os especialistas necessários porque eles não saberão se devem contribuir para o conselho de biólogos ou a ordem dos estatísticos.

(Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u585738.shtml>)

Texto adaptado.

QUESTÃO 01

Conforme o 6º parágrafo do texto, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Cursar escolas de jornalismo não é garantia para um comportamento ilibado no exercício da profissão.
- (B) Os jornalistas, ao divulgar maledicências, enfraquecem os danos que podem causar.
- (C) Os engenheiros precisam de conhecimentos altamente técnicos, ensinados somente pelas universidades.
- (D) Buscar um conjunto de matérias teóricas, para capacitar um estudante a se tornar um bom repórter, será um sucesso.

QUESTÃO 02

Tendo em vista os três primeiros parágrafos do texto, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Antes da decisão do STF, o Brasil vivia num estado de absoluto poderio e misericordiosa censura.
- (B) Foi baixado um decreto-lei, nos anos de repressão, garantindo o direito do livre exercício da profissão de jornalista.
- (C) O autor não pode mais ser considerado um trapaceiro, por causa da decisão, em caráter categórico, do STF.
- (D) Todos os magistrados enjeitaram que o diploma de jornalismo feria os princípios constitucionais da liberdade de imprensa.

QUESTÃO 03

De acordo com o 8º parágrafo do texto, pode-se afirmar:

- (A) A Constituição veda o direito do cidadão representar a si mesmo em juízo.
- (B) Todos os projetos de lei são levados à votação no Legislativo.
- (C) O Código de Ética dos causídicos foi elaborado por eles mesmos.
- (D) Os discípulos do Esculápio inscreveram na Carta Magna o direito de indicar juízes para todas as cortes do Brasil.

QUESTÃO 04

Com referência ao 5º parágrafo do texto, grande parte das pessoas com bom senso:

- (A) Difere que o licenciamento da profissão está fadado ao revés.
- (B) Anui que o licenciamento da profissão requer ressalvas.
- (C) Reconhece que o licenciamento da profissão deve acontecer para todos os ofícios.
- (D) Admite que o licenciamento da profissão é pífio para todas as ocupações.

QUESTÃO 05

Em relação ao 9º parágrafo do texto, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) Não serão formados novos especialistas porque eles sentir-se-ão irresolutos a que conselho ou ordem devem contribuir.
- (B) A mentalidade cartorial-corporativista é muito efêmera para o brasileiro.
- (C) Com a inércia patrimonialista, os brasileiros produzirão novos e seguros especialistas sobre a que conselho devem amparar.
- (D) A extinção da exigência de diploma de jornalismo é apenas um passo para burocratizar o Estado.

QUESTÃO 06

Leia:

“(...) Pergunto-me como nossos **solertes** parlamentares puderam se esquecer de regular os ofícios de Papai Noel e das indispensáveis fadas. (...)”

O vocábulo que substitui adequadamente o que está destacado é:

- (A) Inexoráveis.
- (B) Sagazes.
- (C) Rigorosos.
- (D) Inflexíveis.

QUESTÃO 07

As expressões sublinhadas apresentam sua correspondência **CORRETA** em:

- (A) “(...) Pior, cuidaram para que a Lei Maior do país trouxesse um dispositivo que atua como impedimento a que o cidadão represente a si mesmo em juízo – erro lógico que nega o próprio conceito de cidadania. (...)” (= causa)
- (B) “(...) Talvez, se houvesse as disciplinas verdade I, II, III e IV, reconhecidas pelo MEC... (...)” (= concessão)
- (C) “(...) Afirmar, como se faz por aí, que escolas de jornalismo são garantia de bom comportamento moral no exercício da profissão faz tanto sentido quanto dizer que quem vai à missa não comete pecados. (...)” (= conformidade)
- (D) “(...) A perseverar a inércia patrimonialista, enquanto o mundo estiver produzindo nova e boa ciência, nós por aqui estaremos paralisados (...)” (= consequência)

QUESTÃO 08

Marque a alternativa em que todas as palavras são formadas pelo mesmo tipo de derivação:

- (A) Abalo, enfileirar, castigo.
- (B) Alistar, desalmado, empalidecer.
- (C) Jogador, boiada, infelizmente.
- (D) Incapaz, achatamento, refresco.

QUESTÃO 09

Marque a alternativa em que a forma verbal traduza um fato habitual, durativo, no pretérito:

- (A) Minha mãe possuía um excelente coração.
- (B) O fim não justifica os meios.
- (C) Se ela não tira o bebê depressa, seria uma tragédia.
- (D) Fora injustiça destituí-lo do cargo.

QUESTÃO 10

Observe:

“As moças **eram encantadoras.**”

Marque a assertiva cuja classificação do predicado seja idêntica da oração destacada:

- (A) Os inimigos chamaram-lhe traidor.
- (B) O tempo continua chuvoso.
- (C) Lentas e tristes, as pessoas iam passando.
- (D) O réu deixou a sala abatido.

QUESTÃO 11

Marque a alternativa em que a concordância nominal esteja **INCORRETA**:

- (A) Disse-me que não iria à festa, ainda que convidassem-na.
- (B) Não lhe pedirei nada até que retorne de sua viagem.
- (C) Calei-me para não contrariá-lo.
- (D) Nunca se queixa nem se aborrece.

QUESTÃO 12

Leia:

- I. Calçados _____ Luís XV.
- II. Peça desculpas _____ sua irmã.
- III. A concórdia une _____ nações.
- IV. Plantou videiras no pomar, _____ quais dedica muito carinho.

A sequência que preenche corretamente e respectivamente as lacunas é:

- (A) À, a, as, às.
- (B) A, a, as, às.
- (C) À, à, às, as.
- (D) À, à, as, as.

QUESTÃO 13

Sobre as figuras de linguagem, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) As sempre-vivas morreram. (Hipérbole)
- (B) Valentia covarde é assaltar e matar pessoas indefesas. (Pleonasmo)
- (C) Toda profissão tem seus espinhos. (Metáfora)
- (D) Sua voz doce e aveludada era uma carícia em meus ouvidos. (Antítese)

QUESTÃO 14

Quanto ao emprego dos numerais, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Ambas as mãos estavam feridas.
- (B) Emprestei-lhe um mil e seiscentos reais.
- (C) Os dois milhões de moedas serão cunhados neste ano.
- (D) Na guerra, os meus dedos disparam mil mortes.

QUESTÃO 15

Marque a assertiva em que a concordância nominal esteja **CORRETA**:

- (A) Velhas revistas e livros enchiam as prateleiras.
- (B) Não havia provas bastante para condenar o réu.
- (C) Remeto-lhe, anexo, duas cópias do contrato.
- (D) Encontrei jogadas no chão o álbum e as cartas.

Prova de Conhecimentos Específicos Assistente Social

QUESTÃO 16

O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada a lei que regulamentou a profissão - Lei 3.252 de 27/08/1957, regulamentada pelo Decreto 994 de 15/5/1962. A referida Lei também criou o Conselho Federal de Assistentes Sociais como órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional e organizador dos Códigos de Ética Profissional. Os Códigos de Ética Profissional até 1975 tinham como fundamentos os pressupostos:

- (A) Histórico e Neotomistas.
- (B) Neotomistas e Positivistas.
- (C) Marxista e Neotomistas.
- (D) Positivistas e Estruturalistas.

QUESTÃO 17

De acordo com as orientações do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e dos Conselhos Regionais - CRESS, podemos apontar como atual e desafiante frente de trabalho da profissão do Assistente Social no campo da Ética e Autonomia por direitos:

- (A) Incentivo ao diálogo com os movimentos sociais.
- (B) Luta pela intervenção qualificada nos mecanismos de controle social.
- (C) Divulgação da Resolução CFESS n. 489/2006.
- (D) Reafirmar a universalidade dos direitos sociais.

QUESTÃO 18

Na década de 1940, o Estado Brasileiro passou a intervir diretamente no processo de reprodução social. A legitimação do profissional de Serviço Social nesse momento expressa o seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sociotécnica do trabalho com orientações advindas da matriz humanista cristã fundamentada na teoria positivista. Esse processo é conhecido como:

- (A) Arranjo teórico positivista.
- (B) Arranjo teórico doutrinário.
- (C) Arranjo teórico humanista.
- (D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 19

Tendo como base o movimento de reconceituação do Serviço Social é **INCORRETO** afirmar que este movimento:

- (A) Criticou e questionou as bases teóricas e as práticas metodológicas do Serviço Social.
- (B) Rejeitou as práticas consideradas assistencialistas.
- (C) Produziu transformações profundas nas rotinas e técnicas do Serviço Social.
- (D) Aproximou-se da vertente religiosa e se afastou das Ciências Sociais.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), podemos afirmar:

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios são responsáveis concorrentes pelo custeio dos benefícios de prestação continuada a que se refere o art. 203 da Constituição brasileira.
- (B) As populações urbanas são as beneficiárias das prestações oferecidas pelo poder público com base na LOAS, enquanto que as populações rurais são atendidas por meio dos benefícios específicos previstos no Plano de Benefícios da Previdência Social, objeto da Lei n.º 8.213, de 24/7/1991.
- (C) É competência precípua do Distrito Federal e dos Municípios, mas não dos Estados, efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e criar programas de amparo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e para pessoas que vivam em situação de rua.
- (D) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), presidido pelo Presidente da República, é composto por 18 membros com mandato eletivo de dois anos.

QUESTÃO 21

A Política Nacional da Assistência Social — Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), permite afirmar que:

- (A) Baseia-se no caráter contributivo da participação de seus beneficiários, em razão da lei da responsabilidade fiscal.
- (B) Tem como prioridade ações para eliminar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes independentemente da localização da área atendida encontrar-se em região portuária, turística, ribeirinha, litorânea ou de garimpo.
- (C) Aplica-se o princípio da concentração na gestão compartilhada pela União e os Estados, de serviços de assistência social local.
- (D) A família é considerada o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Esse conceito corresponde ao princípio de matricialidade sociofamiliar.

QUESTÃO 22

O campo da avaliação de políticas públicas e programas sociais é na atualidade uma importante área de trabalho do Assistente Social. Nessa área podemos afirmar:

- (A) Os indicadores preconizados pelo SUAS são medidas qualitativas dos resultados dos programas e projetos.
- (B) De acordo com os indicadores que se utiliza, a avaliação pode ser classificada como somativa e formativa.
- (C) A avaliação de impacto tem como critério a efetividade.
- (D) A avaliação de impacto tem como critério a eficiência.

QUESTÃO 23

Podemos afirmar que nas pesquisas que têm por objeto o trabalho e a intervenção do Assistente Social:

- (A) Não ha distinção direta e específica entre o exercício investigativo em sentido estrito e atitude investigativa voltada para a intervenção profissional.
- (B) O uso de dados qualitativos exclui a utilização de dados quantitativos.
- (C) A metodologia qualitativa tem como pressupostos epistemológicos os mesmos paradigmas que a pesquisa quantitativa, divergindo apenas no que concerne aos indicadores utilizados.
- (D) Entre as metodologias qualitativas destacam-se a história de vida, observação participante e estudos etnográficos.

QUESTÃO 24

De acordo com Jose Paulo Netto, na obra Capitalismo Monopolista e Serviço Social, o conceito de *ethos* individualista significa:

- (A) A sociedade é responsável pela corrupção dos indivíduos, os quais nascem bons.
- (B) Todos os indivíduos têm direitos naturais e individuais.
- (C) Os indivíduos são responsáveis pelo seu próprio destino.
- (D) Os indivíduos têm como meta exclusiva o seu próprio bem-estar.

QUESTÃO 25

A negação da construção histórica da sociedade decorre de uma naturalização da questão social e provoca nos indivíduos uma inação frente às possibilidades de sua interferência no desenvolvimento da sociedade. Essa postura é característica:

- (A) Do pensamento baseado no determinismo histórico.
- (B) Do pensamento conservador.
- (C) Do pragmatismo.
- (D) Do pensamento dialético.

QUESTÃO 26

De acordo com Ana Elizabete Mota, a partir de 1980, a burguesia brasileira ascende à postura de classe dirigente superando o conceito de classe dominante através da constituição de uma cultura política da crise. Esse movimento se caracteriza pelas seguintes ideias centrais:

- (A) A ascensão social de setores da classe média e a expansão do desenvolvimento econômico.
- (B) O pensamento privatista e a constituição do cidadão consumidor.
- (C) A ênfase na eficácia e a superação dos obstáculos ao desenvolvimento social.
- (D) O conceito de eficiência e a ampliação do mercado de consumo interno e externo.

QUESTÃO 27

Jose Paulo Netto e Marilda Villela lamamoto apresentam confluências e divergências no seu diálogo na teorização do Serviço Social. Entre as divergências, ressaltamos o conceito de questão social. Para lamamoto, cabe ao profissional examinar as expressões da questão social, enquanto que, para Jose Paulo Netto, o profissional deve estar atento às:

- (A) Refrações da questão social.
- (B) Paradigmas expressos pela questão social.
- (C) Problematizações advindas da questão social.
- (D) Objetivações motivadas pela questão social.

QUESTÃO 28

Os estudos de Ana Maria de Vasconcelos indicam que os profissionais de Serviço Social apontam que a precarização do trabalho e dos direitos nesta área desmobiliza sua ação profissional. Considerando as práticas que a política de democracia de massa na saúde e na seguridade solicita, o paradoxo desta declaração reside:

- (A) Na suposição de que aquilo que é de fato o seu objeto passa a ser considerado um obstáculo na prática do assistente social.
- (B) Na constatação de que os profissionais do Serviço Social sofrem igualmente as consequências da precarização do trabalho e, do mesmo modo, ficam imobilizados para projetos mais amplos.
- (C) Na condição dos profissionais do Serviço Social que se posicionam diante da diversidade e complexidade das demandas e se envolvem cotidianamente com a contradição entre a teoria e a prática.
- (D) No fato de que mesmo com todos os recursos teóricos e metodológicos, o Serviço Social ainda lida com o problema social.

QUESTÃO 29

Após a Segunda Guerra Mundial e no contexto da guerra fria, aparece no Brasil a proposta de Desenvolvimento de Comunidade. Inicialmente, foi estimulada por agências internacionais interessadas, ideologicamente, na expansão do modo de produção capitalista como forma de enfrentar o avanço de ideologias comunistas em países do terceiro mundo. A concepção de sociedade do Desenvolvimento de Comunidade apresentava entre suas bases ideológicas os seguintes pressupostos:

- (A) Crescimento e neutralidade.
- (B) Desenvolvimento social e humanização.
- (C) Conflito social e integração comunitária.
- (D) Contradição social e equilíbrio econômico.

QUESTÃO 30

Em sua obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982), Raul de Carvalho aponta que o discurso originário do bloco católico, ao qual pertenciam as primeiras profissionais do Serviço Social, tem como característica fundadora:

- (A) Vínculos ideológicos com a burguesa brasileira.
- (B) A origem de classe social desse agrupamento.
- (C) Influência técnica e teórica das escolas norte-americanas.
- (D) Vocação de apostolado social.

ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.

Questão	Resposta	Questão	Resposta
Nº 01		Nº 16	
Nº 02		Nº 17	
Nº 03		Nº 18	
Nº 04		Nº 19	
Nº 05		Nº 20	
Nº 06		Nº 21	
Nº 07		Nº 22	
Nº 08		Nº 23	
Nº 09		Nº 24	
Nº 10		Nº 25	
Nº 11		Nº 26	
Nº 12		Nº 27	
Nº 13		Nº 28	
Nº 14		Nº 29	
Nº 15		Nº 30	

O gabarito oficial da prova de múltipla escolha será divulgado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a sua realização, no órgão oficial do Município e no site <www.fgr.org.br>.

Comissão de Concursos FGR
concursos@fgr.org.br